



CARTAS NA MESA: PREÇOS IMPOPULARES

Para recuperar terreno, governo precisa focar na economia popular.
Por Ranulfo Vidigal, **página 2**



EQUIDADE NOS AJUSTES FISCAIS

Cortar BPC em nome da responsabilidade fiscal evidencia falta de visão.
Por Alexandre Triches, **página 2**



A PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA C&T

FAPs investiram R\$ 3,9 bi, mais que o orçamento do CNPq.
Por Wanderley de Souza, **página 2**

Sánchez: donos de redes sociais atentam contra democracia

As mídias sociais foram alvo do primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, em seu discurso no Fórum Econômico Mundial (WEF), que se realiza em Davos, Suíça. “No início dos anos 2000, as mídias sociais começaram a prosperar sob uma promessa. Seus fundadores nos disseram que uniriam as pessoas e fortaleceriam nossas democracias”, continuou o primeiro-ministro espanhol.

“Nos anos seguintes, parte dessa promessa fundamental foi cumprida. Pelo menos por um tempo. As mídias sociais mudaram a maneira como trabalhamos, nos informamos, interagimos uns com os outros.”

“Mas com todos esses ganhos também vieram enormes desvantagens, escondidas nas entranhas dos algoritmos, como invasores escondidos na barriga de um cavalo de Troia”, acusou Sánchez.

“Agora sabemos que, longe de unir a humanidade e ‘empoderar as pessoas’, essas plataformas resultaram em uma concentração de poder e riqueza nas mãos de apenas alguns. Tudo isso ao custo de nossa coesão social, nossa saúde mental e nossas democracias”, atacou o líder espanhol.

“E sejamos claros: isso não aconteceu por engano. Foi alimentado de forma sistemática.” Ele responsabiliza países, forças políticas antissistema e, especialmente, os donos das grandes mídias sociais. “Um pequeno grupo de bilionários tecnológicos que não estão mais satisfeitos em deter poder econômico quase total: agora eles também querem poder político de uma forma que está minando nossas instituições democráticas.”

O primeiro-ministro da Espanha adiantou três medidas que proporá aos líderes europeus: acabar com o anonimato nas mídias sociais; forçar a abertura da caixa-preta dos algoritmos; e responsabilizar pessoalmente os CEOs de mídia social pelo não cumprimento de leis e normas em suas plataformas. “O dono de um pequeno restaurante é responsável se sua comida envenenar os clientes. Os magnatas da mídia social devem ser responsabilizados se seus algoritmos envenenarem nossa sociedade.”

“Eu sei que não será fácil”, admitiu Sánchez. “Mas eu sei que podemos vencer esta batalha. Porque estamos certos. Porque somos mais. E porque já fizemos isso antes”, finalizou.

Só 3% de programa de risco de desastres foi destinado a prevenção

Mais de 1/3 foram gastos em ações da defesa civil

Levantamento do Greenpeace Brasil sobre a destinação do orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA) ao Programa de Gestão de Risco e Desastres mostra que o Brasil planejou, dentre as ações de prevenção nos últimos 10 anos (de 2015 a 2025), em média, apenas 3,28% do orçamento federal para obras para redução e mitigação de desastres, enquanto que, para ações de defesa civil, que contempla também resposta e emergência, a destinação foi de 37%.

O levantamento do Greenpeace traz outros dados preocupantes sobre as ações de prevenção que foram destinados pela LOA nos últimos 10 anos, como: somente 2,1% em média do valor alocado foi para ações de monitoramento, sistemas de alertas e informações sobre riscos de desastres; apenas 8,4% do orçamento federal foi destinado para obras de contenção de encostas em áreas urbanas; 25% foi para sistemas de drenagem urbana e manejo de águas

pluviais em municípios sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos; e 6,67% para estudos, projetos e obras para contenção de cheias e inundações.

O Greenpeace Brasil analisou onde houve os cortes orçamentários em 2025, em relação ao ano passado, e identificou que, mais uma vez, uma das áreas com os maiores cortes foi, dentre as ações de prevenção, a destinada a obras para redução de desastres que foi de 76,7%.



Cacio Murilo/Ascom Sudene

Parques eólicos aumentam renda no Nordeste, mas saúde é afetada

Os parques eólicos no Nordeste financiados pela Sudene aumentaram o PIB per capita de municípios em 20%, aponta estudo realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). A pesquisa avaliou o impacto dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) na construção dos parques, analisando os efeitos nos indicadores socioeconômicos de 355 cidades.

O estudo encontrou um aumento expressivo no Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores industrial e de serviços. Houve elevação de 105% no valor adicionado da indústria em cidades com parques já em operação, enquanto nos municípios com parques ainda em construção, o crescimento foi de 32%. Nos

serviços, o valor adicionado subiu 10,78% nas cidades com parques já operacionais.

No mercado de trabalho, o estudo da UFC revela um aumento de 23% nos postos formais de emprego, e a massa salarial teve uma alta de 27,51%.

Se os impactos foram positivos na economia, o mesmo não ocorreu na saúde. Estudo realizado pela Fiocruz Pernambuco, em conjunto com Universidade de Pernambuco (UPE), divulgado no início de 2025, investigou os efeitos do funcionamento de parques eólicos sobre a saúde de moradores em áreas rurais do estado.

A chamada “síndrome da turbina” tem sido associada a sintomas como insônia, irritabilidade, dores de cabeça e ansiedade, provoca-

dos pelo ruído constante e pelos infrassons emitidos pelo funcionamento das torres eólicas.

Na primeira etapa da pesquisa, em 2023, 70% dos 105 entrevistados manifestaram a vontade de deixar suas residências devido a essas questões, revela a Fiocruz PE. O estudo aponta que 66% dos moradores utilizam medicamentos para dormir. Mais da metade (54%) relataram ter perda auditiva, e 31% reclamaram do incômodo visual causado pelas sombras das pás girando, o chamado efeito estroboscópico, que deteriora a saúde mental dessa população, juntamente com o ruído. Além de todos esses impactos observados, 41% relataram alergias e dermatites por conta da poeira espalhada pelas hélices nas casas ao redor.

Dólar abaixo de R\$ 6 na menor cotação em 2 meses

O dólar comercial fechou abaixo de R\$ 6 nesta quarta-feira. A moeda norte-americana fechou a R\$ 5,944 para compra e R\$ 5,945 para venda. É a menor cotação de fechamento desde 27 de novembro de 2024. No pós-mercado, o dólar manteve tendência de queda e era negociado a R\$ 5,940 para compra. A Ptax, taxa média calculada pelo Banco Central, ficou em R\$ 5,9668 para compra e R\$ 5,9674 para venda. É a primeira vez desde 12 de dezembro que a Ptax fica abaixo de R\$ 6.

No exterior, o movimento foi inverso. O índice do dólar, que mede a cotação da moeda norte-americana em relação a seis principais pares, ganhou 0,1% para 108,168 às 20h GMT. No pregão tardio de Nova York, o euro subiu para US\$ 1,0420, de US\$ 1,0418 na sessão anterior, e a libra esterlina caiu para US\$ 1,2324, ante US\$ 1,2328 na terça-feira.

Os mercados financeiros internacionais especulam com possíveis medidas que serão – ou não – tomadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Nesta quarta-feira, as notícias destacavam que as tarifas que os Estados Unidos pretendem impor sobre produtos da China poderão ser inferiores ao esperado.

No mercado internacional, o ouro seguiu em alta. A onça foi negociada a US\$ 2.756, valorização de 0,47% nesta quarta e de cerca de 2% desde a posse de Trump. Nos últimos 30 dias, o preço do metal subiu 4,9%; nos últimos 12 meses, 35,18%.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,9447
Dólar Turismo	R\$ 6,1920
Euro	R\$ 6,1881
Iuan	R\$ 0,8170
Ouro (gr)	R\$ 528,50

ÍNDICES

IGP-M	0,94% (dezembro)
	1,30% (novembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	12,25%
Hot Money	0,63%

Cartas na mesa

Por **Ranulfo Vidigal**

O ano de 2025 começou, de fato, neste dia 20 último, quando tomou posse o novo mandatário americano, que começou impondo uma série de novas regras ao capitalismo global, em seu atual estado estacionário e de crise de superprodução. Claramente, Trump busca restabelecer a taxa de lucros na principal economia do planeta, aquela que domina a moeda de curso internacional — o dólar — e detém o maior arsenal atômico do G-7.

No meio dessa conjuntura de alta instabilidade, o governo brasileiro busca se recuperar de uma queda de popularidade, em decorrência de descuidos comunicacionais e políticos relacionados ao lançamento atabalhoado do controle do Pix pela área econômica. O clima de revolta dos tempos do congelamento dos recursos da caderneta de poupança (anos 1990) ou do movimento pela

redução da tarifa de transportes nas capitais, em 2013, foi usado, com maestria, pela bancada federal de oposição ao governo.

Um problema concreto que preocupa, de fato, as famílias brasileiras é a carência e o custo de vida em patamar incompatível com o padrão salarial da grande maioria dos ganhos efetivos da força de trabalho brasileira ocupada. Enquanto o Salário Mínimo Nacional é de R\$ 1.518, pelos dados do Dieese a cesta básica na cidade do Rio de Janeiro é de aproximadamente R\$ 780, portanto, superando meta-de de valor do SM.

Contribui decisivamente para essa incômoda realidade, o preço da alimentação. Sua variação nos índices oficiais, em 12 meses, atinge quase 10%, dos quais 1/3 vem da contribuição de choques de oferta associados ao desequilíbrio climático, com secas e enchentes muito frequentes e de porte incontrolável. Outro item que preocupa é o preço dos alugueis. Fechando a conta,

temos o choque de preços das tarifas de transportes.

Pesquisa do Instituto Gerp recente revela que, nas famílias com renda de até 1SM, cerca de 57% desaprovam a gestão federal atual. Por outro lado, a faixa entre 25 e 34 anos — de adultos em pleno mercado de trabalho — a desaprovção bate 59%. Para recuperar terreno, o governo de plantão precisa focar na economia popular.

A captura do orçamento público pelo segmento rentista da economia dificulta a geração de recursos para colocar em prática políticas públicas de expansão da base produtiva industrial e de serviços de alta complexidade, na medida em que os encargos da Dívida Pública — atingindo a volumosa cifra de R\$ 1 trilhão — impõem uma camisa de força, fruto do tripé macroeconômico surgido no pacto que vigora desde o início dos anos 2000.

Ranulfo Vidigal é economista.

Equidade nos ajustes fiscais

Por **Alexandre Triches**

Nos últimos meses temos presenciado debates acalorados sobre a sustentabilidade fiscal do país e a necessidade de cortes orçamentários. Entre os principais alvos do recente ajuste proposto está o Benefício de Prestação Continuada da Loas.

O BPC, como é conhecido, é uma prestação da assistência social oferecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Reduzir os recursos destinados a esse benefício revela uma profunda injustiça, especialmente quando contrastamos essa medida com outros gastos públicos que permanecem intocados ou mesmo aumentados.

A política pública do BPC não é concedida para qualquer pessoa. Ou seja, não basta unicamente o su-

jeito comprovar a escassez de recursos para a manutenção da família. Ao contrário, a prestação exige sejam cumpridos requisitos rigorosos.

Cortar recursos do BPC em nome da responsabilidade fiscal é uma escolha que evidencia falta de visão e de bom senso quanto ao seu papel crucial na promoção da inclusão social. Por isso que foi acertado a refutação das alterações mais radicais propostas no BPC no pacote fiscal anunciado pelo governo ao final do ano passado. Não se pode aceitar que os mais vulneráveis paguem pela má gestão ou pelos interesses de grupos privilegiados.

Observa-se que em outras áreas do orçamento público, notadamente aquelas relacionadas a determinadas classes ou investimentos, vigora a manutenção de auxílios, benefícios e verbas indenizatórias, contrastando com a política de austeridade aplicada aos mais pobres. E o Portal da Trans-

parência mostra que não há teto para isso.

Com as emendas parlamentares a desfaçatez é ainda maior: sequer há prestação de contas sobre a destinação de bilhões de reais indicado pelos parlamentares. Estes são apenas dois exemplos, pois se poderia ir além e debater outras incongruências, como as isenções fiscais inconstitucionais, os grandes devedores da Previdência e até mesmo cerimoniais e viagens dispendiosas da estrutura da administração pública dos três poderes.

Sem cair no discurso simplista do nenhum direito a menos, pois reformas sempre são necessárias, a justiça social exige que os cortes sejam direcionados a áreas de desperdício, privilégios ou investimentos de baixa eficiência, respeitando o princípio da equidade. Do contrário, os ajustes reproduzem desequilíbrios e injustiças.

Alexandre Triches é advogado e professor.

Crescente participação dos estados no apoio à C&T

Por **Wanderley de Souza**

Ao longo de muitos anos (desde o descobrimento até 1950) a atividade científica em laboratórios brasileiros não contou com um apoio organizado por parte do governo. Algumas iniciativas importantes e com impacto na ciência mundial ocorreram em algumas instituições governamentais, entre as quais destaco o Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro (criado inicialmente em 1900 como Instituto Seroterápico e transformado em 1908 no Instituto Oswaldo Cruz, que hoje integra a Fundação Oswaldo Cruz) e vários institutos no estado de São Paulo, como o Instituto Agrônomo de Campinas (criado em 1887), Instituto Butantã (1901), Instituto Biológico (1927) e o Instituto Adolpho Lutz (1940). A atividade de pesquisa realizada nessas instituições era financiada principalmente com recursos orçamentários próprios e algumas doações de pessoas físicas.

A criação de órgãos federais voltados especificamente para o apoio à pesquisa científica surgiu em decorrência de atividades da Academia Brasileira de Ciências (criada em 1916) e que teve participação importante na criação, em 1951, de instituições como o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Coordenação de Apoio a Pessoal de nível Superior (Capes). Essas duas agências constituem, ainda hoje, alicerces fundamentais para o apoio à pesquisa científica e a formação de recursos humanos altamente qualificados em cursos de pós-graduação.

Importante ainda destacar a criação de um fundo para o desenvolvimento tecnológico no âmbito do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em seguida a criação da Financiadora de Projetos (Finep), em 1967, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT, criado em 1969), que tem a Finep como secretaria-executiva e que hoje constitui a maior fonte de financiamento à C&T no País.

FAPs investiram R\$ 3,9 bi, mais que o orçamento do CNPq

Um fato marcante no apoio à atividade científica no país foi a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em 1960, e que tem sido vital para o crescimento da atividade científica e tecnológica em todas as instituições do estado de São Paulo. Este fato, aliado ao apoio às Universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) e outras instituições, explica o fato de São Paulo liderar as atividades científicas no país e contar com importantes universidades, aqui incluídas as federais de São Paulo e de São Carlos, fazendo com que o Estado de São Paulo conte com um parque acadêmico de excelência.

A criação da Fapesp teve, ainda, a capacidade de induzir que outros estados também criassem instituições semelhantes. Assim, surge em 1964 a agência do Rio Grande do Sul (Fapergs), em 1980 a do Rio de Janeiro (Faperj). Em seguida, outras fundações (FAPs) foram, gradualmente, criadas em todos os estados, sendo que a última foi a de Roraima, em 2022.

Levantamento realizado pelo presidente do Fórum das FAPs (Dr. Odir Delagostin) mostrou que, em

2023, o conjunto das FAPs investiu cerca de R\$ 3,9 bilhões em auxílios e bolsas, valor este que é maior que o orçamento do CNPq. Neste mesmo ano, o investimento da Fapesp equivaleu a 37% do total feito pelas FAPs, sendo que em 2018 ele representava 56%, o que atesta o crescente investimento feito pelos vários estados na área de C&T.

A evolução do financiamento pelas FAPs fez com que a produção científica brasileira tivesse um grande avanço. Em 2000, a produção científica proveniente de SP e RJ foi de 43% e 18,5 % do total, respectivamente, cabendo a todos os demais estados uma produção de 38,5%. Em 2023, SP e RJ foram responsáveis por 27,9 % e 12,5 %, respectivamente, cabendo aos demais estados a produção de 60,1%. Logo, houve uma evidente mudança indicando uma maior atividade científica em todo o país em maior parte devido às ações das FAPs.

Cabe ainda registrar que as FAPs de alguns estados, como Amazonas, Espírito Santo e Maranhão, têm feito investimentos significativos na formação de recursos humanos, com investimento superior ao realizado pelas agências federais. Esta é uma política que merece ser incentivada para ampliar a dimensão da comunidade científica em todos os estados. Ressalto ainda que muitas FAPs têm seus orçamentos atrelados à arrecadação do estado, seja por Lei específica ou mesmo indicação constitucional, o que não temos em relação às agências federais.

Wanderley de Souza é professor titular da UFRJ, membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Nacional de Medicina e da US National Academy of Sciences.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Em defesa do IBGE ou contra Pochmann?

Alguns funcionários e parte da direção do IBGE entrou em rota de colisão com o presidente do órgão, Marcio Pochmann, e outros diretores. De um lado, acusação de falta de diálogo e, mais grave, denúncia que a Fundação IBGE+, que está sendo criada, pode “comprometer a autonomia técnica do órgão oficial” e coloca em risco as pesquisas.

Do outro, a defesa das mudanças (inclusive física, para um prédio do Serpro no Horto, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro), da volta ao trabalho presencial e da importância da IBGE+. Em comunicado divulgado no último dia 15, a presidência do órgão afirma que acusação de manipulação de dados “em uma casa técnica é um ataque direto à credibilidade do IBGE”.

Mais grave, Pochmann alega que as acusações podem “evidenciar conflitos de interesses privados existentes dentro do IBGE”. No comunicado, há links para investigações do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a atuação de uma fundação de direito privado que atuaria usando a estrutura e funcionários do IBGE.

Essa briga toda ganhou as páginas e sites dos jornalões. Só que o interesse não parece ser o de defender o IBGE – órgão que sempre passou ao largo da cobertura da mídia tradicional. O que parece mover as manchetes é o fato de estar sob ataque Marcio Pochmann, economista que tem, entre várias qualidades, a de defender um país melhor e mais justo, e faz isso com números e estudos com bases teóricas e empíricas. O que desagrada a mídia financista.

Dirf: quem precisa entregar?

O empregador que reteve Imposto de Renda do seu trabalhador doméstico em pelo menos um pagamento no ano anterior (no caso, 2024) precisa entregar a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf). O prazo termina em 28 de fevereiro.

Mario Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal, explica: “Se houve o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no pagamento de salário, férias, 13º salário ou rescisão do empregado doméstico pelo menos uma vez, durante o ano-base de 2024, é preciso entregar a Dirf. Ou se o empregado recebeu vencimentos a partir de R\$ 28.559,70 durante este período, também é preciso declarar”.

Caso o empregador não informe a Dirf, ele pode ser notificado pela Receita Federal e condenado a pagar uma multa pela entrega da declaração em atraso. O valor da multa é de 2% sobre o montante dos tributos e das contribuições informadas, limitadas a 20%.

Tragédia e farsa

“Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” – Karl Marx (*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*)

Rápidas

O CreativeMornings, evento global gratuito que acontece mensalmente em mais de 240 cidades, será realizado nesta sexta em Santos, no Juicyhub, e no dia 31 em São Paulo, no escritório da Adobe. É preciso se inscrever em creativemornings.com/cities *** O Shopping Multicenter Itaipu (Niterói, RJ) apresenta o último final de semana do projeto Música na Praça, das 19h às 21h, com o cantor Igor Carvalho *** O Fashion Mall promove, até 28 de fevereiro, a Campanha de Arrecadação de Material Escolar, que beneficiará a ONG TMJ Rocinha.

Privatização da Rodovia da Morte em Minas prevê R\$ 9,3 bi em investimentos

4UM Investimentos vai destinar R\$ 9,3 bilhões para melhorias na Rodovia BR-381 em Minas Gerais, entre Governador Valadares e Belo Horizonte, um trecho de 303,4 quilômetros. Após três leilões frustrados, o grupo investidor venceu o certame organizado pelo Ministério dos Transportes, em agosto do ano passado, depois de a proposta ser reestruturada.

O contrato de privatização foi assinado, nesta quarta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O grupo vencedor criou a Concessionária Nova 381, que administrará e responderá pela operação e manutenção da BR-381 em Minas Gerais.

Em discurso, Lula lembrou que o Governo Federal faz as concessões de rodovias sem receber outorga (pagamento) das empresas vencedoras, o que barateia o preço dos pedágios e ajuda na atração de investimentos.

“Quando a gente quer fazer parceria com o empresário, a gente quer fazer uma estrada, fazer melhor possível, mas o empresário precisa ganhar, se não ele não faz um investimento. E é preciso que a gente estabeleça essa regra”, disse. “O objetivo nosso é baratear o preço do pedágio para as

pessoas mais pobres, sem deixar de priorizar a qualidade do trabalho que vai ser feito”, acrescentou o presidente.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, explicou que, entre outras adequações, também foram retirados do projeto de concessão da rodovia dois lotes próximos a Belo Horizonte, que ficarão a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Os investimentos do Governo Federal nessas obras públicas serão de R\$ 1 bilhão.

“Nós corrigimos o projeto, melhoramos a atratividade, mitigamos riscos geológicos, riscos de engenharia que atrapalhavam a atratividade, levamos a leilão depois de o governo passado ter tentado várias vezes levar e conseguimos fazer a concessão”, destacou.

“O Brasil, hoje, ele construiu um modelo muito mais sustentável. Além disso, a própria rentabilidade do contrato também precisa ser diferenciada; as obras mais simples têm que pagar ao investidor privado um retorno menor do que as obras mais complicadas”, acrescentou Renan Filho.

A ausência do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, no evento também foi lembrada pelos ministros que discursaram e pelo próprio Lula. De acordo com o presidente,

as obras da BR-381 fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, cujo portfólio foi montado com as indicações dos governadores dos estados.

“Pelo menos isso deveria agradecer, mas ele fez uma crítica profunda desnecessária”, disse Lula sobre a recente crítica que Zema fez sobre as condições do programa de pagamento da dívida dos estados com a União.

“Esse acordo das dívidas de Minas Gerais, dos estados como um todo, o governador de Minas Gerais deveria vir aqui me trazer um prêmio, me trazer um troféu do primeiro presidente da República que ele tem conhecimento que nunca vetou absolutamente nada de nenhum governador de nenhum prefeito por ser contra ou por ser oposição”, afirmou o presidente. “O que nós fizemos para os estados que não pagavam a dívida talvez só Jesus Cristo fizesse se ele concorresse à Presidência da República desse país”, acrescentou Lula.

De acordo com o Ministério dos Transportes, essa porção mineira da BR-381 é uma das estradas federais com o maior registro de acidentes do país, um trecho sinuoso, pistas simples na maioria do percurso, que serpenteia os morros do leste de Minas Gerais, cortando o Vale do Aço. Dados da Polícia Rodoviária

Federal indicam que, entre 2018 e 2023, houve 3.960 ocorrências de trânsito no trecho; 420 pessoas perderam a vida na rodovia.

A estrada mineira foi a leilão em 29 de agosto de 2024, tendo como critério a proposta com a menor tarifa de pedágio. Caberá à nova concessionária aplicar os recursos previstos para serviços operacionais e obras estruturantes, como duplicação, correção de traçado e criação de pistas de escape, além da manutenção da estrada ao longo dos próximos 30 anos.

A Concessionária Nova 381, criada pelo grupo investidor, ainda oferecerá um pedágio gratuito no primeiro ano e, em seguida, desconto para usuários frequentes e a opção de pagamento automático para motoristas. Usuários frequentes são aqueles que percorrem trechos da rodovia diversas vezes por mês, como no caso de pessoas que residem e trabalham em cidades próximas. O trecho abrange 13 cidades às margens da estrada e outras que dependem indiretamente dela, resultando em um tráfego médio de 24,7 mil veículos ao dia. A BR-381, construída na década de 1960, começa em São Mateus (ES) e chega até São Paulo, um importante corredor logístico para o escoamento de produtos industriais.

Programa de Aceleração da Transição Energética ganha sanção de Lula

Projeto de Lei 327/2021, o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) – aprovado pela Câmara dos Deputados em dezembro passado – foi sancionado nesta quarta-feira, em Brasília, pelo presidente Lula. O objetivo do programa é incentivar propostas de substituição de matrizes energéticas poluentes por fontes de energia renovável.

O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, participou da cerimônia. Propostas da FUP foram incorporadas pela maioria do Congresso Nacional durante a tramitação do projeto, contou a federação.

“Agora podemos ter uma lei que considera a transição energética como uma necessidade para o enfrentamento climático e, principalmente, uma oportunidade para transformar o Brasil em um país mais desenvolvido e justo”, destaca Bacelar, que é também membro

do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do Governo Lula.

Bacelar ressalta que o programa traz avanços regulatórios que ajudarão a acelerar o processo de transição energética e a contribuir para as metas climáticas do Brasil no que diz respeito ao setor energético. Além disso, há medidas voltadas para o desenvolvimento de infraestrutura, de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e ao financiamento destinado à maior eficiência energética.

Para o coordenador-geral da FUP, a criação do Fundo Verde - fundo de garantias para o desenvolvimento sustentável - é um passo importante para que o país desenvolva mecanismos para o financiamento da transição energética.

O Fundo Verde dará aval aos proponentes dos projetos, a fim de garantir o crédito que as instituições financeiras irão oferecer para financiamentos. Essas ope-

rações de crédito ocorrem no âmbito das operações privadas, mas a garantia contra os riscos é assumida pelo Estado, ainda que o Fundo Verde seja de natureza privada.

Segundo Bacelar, é preciso encontrar uma regulamentação que preste atenção nessas características, a fim de garantir que os riscos assumidos pelo Estado brasileiro sejam revertidos para o interesse nacional, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para inovação e para a construção de infraestruturas que promovam a transição energética justa e o desenvolvimento nacional.

Para a FUP, um dos destaques do Paten é que ele considera as distintas dimensões que deve ser pensada a transição energética no Brasil. Ou seja, além da questão climática, considera também as dimensões do desenvolvimento tecnológico, das questões socioeconômicas e industrial.

Exemplo disso é o arti-

go V do capítulo primeiro, que trata da transição nas regiões carboníferas do país como um desafio para desenvolver novos setores econômicos que possam substituir o peso dessas atividades nas economias locais.

“É preciso garantir na regulamentação desta lei que essas substituições atendam às populações que vivem da renda proveniente do carvão e possam encontrar a devida capacitação para novas atividades laborais para o sustento de suas famílias”, afirma Bacelar.

O Paten também destaca as especificidades e vocações do setor energético brasileiro, contemplando o gás natural na transição energética, a descarbonização das matrizes energéticas e fomentando a agregação de valor e a produção industrial e de bens estratégicos, como a produção de SAF (combustível sustentável de aviação), e de fertilizantes nitrogenado.

Ticket médio de fraudes foi maior que o de vendas no e-commerce em 2024

A Visa do Brasil, por meio da sua área Visa Acceptance Solutions, apontou os impactos financeiros que as fraudes tiveram sobre os e-commerces brasileiros no primeiro semestre de 2024. De acordo com a empresa, o ticket médio das fraudes foi 60% superior ao ticket médio das vendas legítimas. Também foi constatado que 55% das fraudes observadas no semestre analisado partiram de dispositivos móveis.

A empresa, que aumentou 270% no número de transações suspeitas de fraude bloqueadas no Brasil durante o fim de semana da última Black Friday em comparação com 2023, também detalhou que algumas unidades federativas concentraram um maior volume de fraudes durante os primeiros seis meses do ano passado, com as 5 principais sendo São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná.

De acordo com Gustavo Carvalho, diretor executivo da Visa Acceptance Solutions, a Visa está constantemente monitorando as tendências de fraude em diversos países e setores da economia, e vem empregando tecnologias inovadoras como IA e aprendizado automático.

“Contamos com mais de 60 anos de expertise na identificação e combate a inúmeras modalidades de fraude. Nos últimos cinco anos, investimos globalmente mais de US\$11 bilhões para reforçar as nossas tecnologias e segurança como um todo. Somente no ano fiscal de 2023, bloqueamos proativamente US\$ 40 bilhões em fraudes ao redor do mundo”.

Ainda, a Visa levantou dados relacionados ao chargeback. Em linhas gerais, o chargeback é o estorno de uma cobrança, sendo um direito do consumidor previsto em lei. Ele foi conce-

bido pelas administradoras de credenciais de pagamento como mecanismo de proteção e acontece quando o consumidor solicita o reembolso do valor gasto em uma compra em diversas situações, como arrependimento da compra, problemas na entrega, insatisfação com o produto e, inclusive, fraudes.

Os estados com maior percentual de chargeback foram Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Roraima. Por fim, foi mapeado pela Visa que 90% dos chargebacks foram reportados até 45 dias após a data da compra.

É importante ressaltar que o chargeback está intimamente ligado ao gerenciamento de disputas para autorizar ou não uma transação ao verificar a sua legitimidade.

Para auxiliar os bancos emissores nesse processo, a Visa afirmou que conta com a solução Verifi, uma ferramenta pioneira para permitir que estabelecimentos comerciais e parceiros resolvam uma disputa de um pagamento tão logo ela seja aberta. Ela automatiza as respostas de uma disputa no seu estágio inicial e de acordo com as regras de negócio customizadas para cada cliente, oferece um caminho para uma resolução rápida e otimizada.

Carvalho diz que a atuação de décadas da Visa no combate à fraude se estende além da Verifi e pode otimizar os negócios dos varejistas. “Temos um leque de soluções inovadoras para combater fraudes, que utilizam tecnologias avançadas como Inteligência Artificial, machine learning e análise avançada de dados. Cada vez mais, os lojistas que demonstrarem seu compromisso com a segurança e a experiência dos clientes podem obter uma verdadeira vantagem competitiva na economia digitalizada”.

Empresa no Rio revendia carne estragada das enchentes de maio do RS

Uma empresa que funciona em Três Rios, município no centro-sul fluminense, a cerca de 120 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, é suspeita de revender carne que foi encontrada estragada durante as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024.

Policiais civis, da Delegacia do Consumidor, realizaram diligências da Operação Carne Fraca nesta quarta-feira e prenderam uma pessoa em flagrante. De acordo com os investigadores, as carnes chegaram a ficar submersas.

Foram cumpridos ainda mandados de busca a apreensão em endereços ligados a suspeito de participar da quadrilha que comercializou a carne imprópria para o consumo.

De acordo com a investigação, que contou com apoio da Delegacia do Consumidor do Rio Grande do Sul, em maio e junho os sócios da empresa se aproveitaram da tragédia para adquirir 800 toneladas de carne bovina que tinham ficado submersas “muitos dias” em Porto Alegre.

Eles alegam que a intenção era a fabricação de ração animal. No entanto, a investigação descobriu que o destino do produto impróprio era outro. As carnes foram vendidas para outras empresas. A movimentação fez com que o grupo tivesse lucro “de mais de 1.000%”, afirmou a Polícia Civil fluminense, “colocando em risco consumidores de todo o Brasil”.

Alimentação fora do lar deve subir mais de 6% em 2025

O Instituto Foodservice Brasil (IFB), em seu relatório “Perspectivas e Cenários para o Foodservice – 2025”, detalha as projeções econômicas, tendências de consumo e desafios que moldarão o mercado de alimentação fora do lar. O estudo destaca que o setor de foodservice deve apresentar crescimento expressivo em 2025, motivado pela expansão de 3,2% do setor em 2024.

“O setor de foodservice está bem posicionado para crescer em 2025, impulsionado por fatores macroeconômicos favoráveis, avanços tecnológicos e mudanças nos hábitos de consumo. Empresas que adaptarem suas estratégias às tendências emergentes terão maior capacidade de capturar valor e de se destacar no mercado”, aponta Ingrid Devisate, vice-presidente executiva do IFB.

Ela explica que diversos dados positivos de 2024 impulsionam a perspectiva otimista para o ano, como o rendimento médio da população brasileira que alcançou R\$ 3.255 em 2024, enquanto a massa salarial real registrou o expressivo montante de R\$ 332,6 bilhões. A inserção do novo Bolsa Família adicionou R\$ 13,4 bilhões,

elevando o total para R\$ 346 bilhões, ampliando o poder de consumo das famílias.

Enquanto isso, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou 2024 em 4,87%, dentro da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil, o que reflete estabilidade nos preços e maior previsibilidade econômica.

“Os índices de confiança do consumidor mantiveram-se acima da média histórica em 2024, alcançando 103,4 pontos, indicando otimismo em relação à economia e maior propensão ao consumo”, destaca Devisate.

Projeções

O relatório aponta que, no panorama macroeconômico, as projeções indicam leve crescimento e estabilidade. O Produto Interno Bruto (PIB) pode crescer até 3,9%, dependendo do cenário, enquanto a inflação (IPCA) é estimada em 4,9%. A taxa de desemprego deve alcançar 6,2%, refletindo uma ligeira melhora em relação a 2024, e a massa salarial real tem previsão de aumento de 3%, o que deverá favorecer o consumo. Esses indicadores mostram que a renda disponível e a confiança do consumidor terão papel fundamental na

dinâmica de consumo, com apoio nos avanços na empregabilidade e na recuperação do poder de compra da população.

Para o foodservice brasileiro, o relatório prevê crescimento significativo em 2025. Estima-se a expansão de 6,9% em relação a 2024. Entre os cenários traçados, o mais otimista projeta um PIB de 3,9% e aumento de 4,8% na força de trabalho, indicando um ano de expansão acelerada. Neste cenário, o IPCA seria de 2,9%, garantindo estabilidade para o setor. O cenário realista aponta crescimento de 3,2% no PIB e melhora de 3,3% na força de trabalho, com o IPCA controlado em 4,9%, sugerindo um ambiente favorável para o crescimento.

Já o cenário pessimista, mesmo com o crescimento mais modesto de 2,9% no PIB e inflação de 6,9%, mostra que o setor deve permanecer resiliente, com adaptações em estratégias de precificação e controle de custos.

Diversas tendências emergem como influências centrais para o setor. A digitalização e a inovação são impulsionadas pelo uso crescente de tecnologias digitais para entrega, gestão de pedidos e relacionamento com clientes. Plataformas de delivery e soluções

de pagamento eletrônico consolidam-se como ferramentas indispensáveis. A sustentabilidade também ganha destaque, com pressão crescente para práticas responsáveis, como a redução de desperdício alimentar, o uso de embalagens ecológicas e investimentos em energias renováveis. Outra tendência notável é a personalização das experiências gastronômicas, com demanda crescente por ofertas adaptadas às preferências individuais e culturais.

A confiança do consumidor, que atingiu 103,4 pontos em 2024, deve continuar em alta, favorecendo o aumento do consumo, especialmente em regiões metropolitanas. Esse contexto representa uma oportunidade significativa para as empresas do setor, que podem capturar valor por meio de estratégias alinhadas às mudanças no comportamento do consumidor.

Entre as oportunidades identificadas pelo IFB estão a diversificação do portfólio, com cardápios mais acessíveis e variados; a expansão para cidades de médio porte, onde o crescimento da renda é promissor; e parcerias estratégicas entre plataformas digitais e estabelecimentos locais, que podem acelerar o crescimento do mercado.

Prazo para regularizar dívidas no Simples termina dia 31/1

Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) têm até o dia 31 de janeiro de 2025 para regularizar suas dívidas junto à Receita Federal e garantir a permanência no regime do Simples Nacional. A medida é essencial para evitar a exclusão de mais de 1,8 milhão de empresas notificadas em outubro, devido a débitos que somam R\$ 26,7 bilhões.

De acordo com a Receita, quem não quitar as pendências será excluído do Simples Nacional a partir de 1º de fevereiro de 2025,

perdendo benefícios como a carga tributária reduzida e simplificada.

Para regularizar a situação, as empresas podem acessar o portal do Simples Nacional, o e-CAC ou o sistema Regularize da PGFN. A Receita oferece condições especiais de parcelamento, como descontos de até 100% em juros, multas e encargos legais, além de parcelamento em até 133 vezes com entrada reduzida. A primeira parcela deve ser quitada até o prazo final.

Segundo Filipe Bandeira, advogado e contador da Fonteles & Associados, a regularização envolve tam-

bém o Fisco Estadual e Municipal, dependendo da atividade da empresa.

“É fundamental que as empresas consultem um contador para identificar débitos ou pendências que possam impedir a continuidade no Simples Nacional. Além disso, empresas que ainda não estão no regime, mas desejam aderir, também precisam regularizar suas dívidas até 31 de janeiro”, explica o especialista.

Empresas que não regularizarem seus débitos enfrentarão exclusão do Simples Nacional; perda de benefícios fiscais; dificuldade para emitir notas fiscais

e renovar contratos e prejuízo na competitividade, especialmente em setores que dependem de alvarás e contratos públicos.

O Sebrae reforça que manter os tributos em dia também garante acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria e salário-maternidade, participação em licitações públicas e linhas de crédito.

Com um processo simples e digital, a Receita busca incentivar a sustentabilidade financeira dos negócios e garantir que os empreendedores aproveitem essa oportunidade para manter sua competitividade no mercado.



Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

Fusão Gol e Azul: resolve alguma coisa ou duplica o problema?

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a fusão Gol e Azul com João Daronco, analista CNPI da Suno Research. No último dia 15, as duas companhias publicaram fatos relevantes sobre a assinatura do Memorando de Entendimentos Não Vinculante que trata da fusão (Fato Relevante Gol e Fato Relevante Azul).

Como você avalia a fusão Gol e Azul?

Muitas pessoas estão perguntando se a fusão vai ser boa para as duas empresas ou mais para uma do que para a outra, mas ainda é cedo para falarmos sobre isso, pois ainda não temos os termos do memorando para esclarecermos questões como a proporção de ações e a questão econômica.

Na minha opinião, esse não é um movimento de livre e espontânea vontade para melhorar a operação, e sim um movimento muito mais relacionado a um problema estrutural do setor aéreo, que foi agravado pela pandemia, e que fez com que essas empresas precisassem ser criativas para pensar em formas de sobreviver pelo maior período possível.

Com relação ao problema estrutural do setor aéreo, se analisarmos essas empresas, nós vamos ver que nenhuma delas gerou valor para os seus acionistas no longo prazo. Pontualmente, um investidor pode ter ganho dinheiro, mas, na média, os investidores perdem dinheiro com essas ações. Isso porque as empresas do setor aéreo, em grande parte, possuem receitas em reais e custos em dólar.

Em momentos como o atual, com o dólar ganhando bastante força no mundo, e o real se desvalorizando bastante, as receitas em reais não estão aumentando na mesma medida dos custos em dólares, o que acaba impactando os resultados.

Esse é um setor extremamente complicado de se operar e que, quando olhamos o longo prazo, beneficia muito a sociedade e pouco o acionista.

Se essa fusão sair, ela resolve algum problema ou duplica o problema? Faça essa pergunta, pois o mercado, em termos estruturais, vai seguir o mesmo.

Se a fusão for bem feita, e aqui nós temos um grande “se”, essas empresas podem sim ter um fôlego adicional, principalmente por conta da questão sinérgica. Por exemplo, existe uma questão de eficiência das aeronaves que poderia ser aproveitada. Como existem muitos destinos que são compartilhados pelas duas empresas, elas poderiam aumentar a eficiência das aeronaves, tanto na parte de passageiros quanto na parte de carga.

Outro ponto é a diluição do custo fixo, já que, ao invés de haver dois times trabalhando em dois programas de fidelidade diferentes, elas vão ter apenas um, o que permite a diminuição de muitos postos de serviço.

Por fim, quando uma empresa tem rotas mais otimizadas, sobram mais aeronaves para adicionar novas rotas, o que aumenta a receita da companhia.

Essas sinergias melhoram a situação, mas, novamente, olhando a longo prazo, é muito difícil ver essas empresas, de forma estrutural, gerando valor para os seus acionistas, e quando olhamos para um horizonte de 20 anos, é difícil saber se elas ainda vão estar no mercado.

Além da questão estrutural, essas empresas estão muito alavancadas, e o aumento do dólar é muito prejudicial para elas. Recentemente, nós fizemos um estudo interno sobre os impactos do dólar e da Selic sobre os resultados das empresas brasileiras, ou seja, quanto o resultado de cada empresa cairia com o aumento do dólar e o aumento da Selic. De toda a Bolsa, a Azul e a Gol são as empresas mais prejudicadas com o dólar mais alto.

Em termos de concorrência, como vai ficar o mercado? Hoje, pelo menos, são três empresas, mas com a fusão o mercado passaria para apenas duas.

Como a fusão vai passar



João Daronco

pelos órgãos reguladores, pode ser que saiam algumas condições para que a fusão aconteça, como a diminuição das frotas ou algumas linhas com dupla operação. Pelo que eu tenho conversado com algumas pessoas a par do assunto, as duas empresas vão continuar operando de forma independente. Elas vão ter uma estrutura de governança unificada, mas vão continuar como operadoras. Com isso, as três empresas seriam mantidas, mas o poder de barganha da Gol e da Azul ficaria muito mais forte que o poder da Latam. Se os órgãos reguladores não impuserem condições para a fusão, talvez a empresa mais prejudicada seja a Latam.

Quais são os principais pontos fortes e as principais fragilidades da Azul e da Gol?

A Azul é muito forte nas rotas regionais. Além disso, a empresa tem a Azul Cargo, que é um business de transporte de carga que tem crescido bem e que tem sido executado de forma bastante positiva. Isso porque, inicialmente, eu não tinha tanto otimismo quanto à Azul Cargo, mas ela se tornou um negócio que tem ajudado os números da Azul.

Com relação à Gol, ela possui um dos maiores programas de fidelidade do Brasil, o Smiles, algo que a Azul ainda não conseguiu. Ao longo do tempo, o programa de fidelidade da Gol tem melhorado muito a percepção e a recorrência dos seus clientes.

Com a união das duas empresas, a Gol poderia adicionar a expertise do Smiles, ou até mesmo o

Divulgação Suno Research

programa, à Azul, e a Azul poderia utilizar a Azul Cargo para fazer transporte de carga junto com a Gol.

Já a fragilidade das duas é muito semelhante: o endividamento. As duas companhias estão extremamente alavancadas, com dívidas em dólar, e em um momento em que a economia brasileira aponta para uma desaceleração. Como a estrutura de capital é a fragilidade das duas companhias, elas buscam diminuí-la através dessa união. Isso pode acontecer no curto prazo, mas no longo prazo prevalece a questão estrutural do mercado, que é muito forte.

Considerando a conversa que tivemos, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Na Suno, nós temos uma visão de investimentos voltada para o longo prazo, em ser sócio das empresas. Quando pegamos as empresas do setor aéreo mundial, pouquíssimas deram resultado, e o Brasil não vai ser uma exceção nesse aspecto. Existem muitos investidores que estão achando que essa operação vai ser revolucionária e que as empresas vão sair da crise. Contudo, nós já vimos “n” fusões no mercado brasileiro, e elas nada mais indicam a dificuldade das empresas em se manterem sozinhas no mercado.

Muitas vezes, os investidores se deslumbram com uma fusão, mas é preciso lembrar que fusões são difíceis de serem executadas, ainda mais quando o setor passa por um momento difícil ou tem problemas estruturais.

Preços dos derivados de petróleo serão influenciados por fatores externos

Nos próximos meses, a dinâmica de preços dos derivados de petróleo dependerá de fatores externos, como os impactos de possíveis políticas de incentivo à produção de petróleo pelo novo governo dos Estados Unidos (EUA), e de fatores internos, especialmente a política cambial do Banco Central (BC). A previsão é abordada no 20º Boletim de Preços do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Incep), divulgado nesta quarta-feira.

A publicação cita que no ano passado, os preços dos derivados de petróleo permaneceram praticamente

estáveis nas refinarias. “Esse comportamento reflete a política de formação de preços adotada pela Petrobras em maio de 2023, que prioriza a internalização das variáveis do mercado doméstico em detrimento da indexação integral às flutuações do mercado internacional”, destaca o boletim.

Em dezembro de 2024, os preços da gasolina e do diesel registraram leves aumentos no varejo, na comparação com novembro, enquanto o GLP teve redução marginal. Contudo, esses preços permaneceram sob significativa pressão de alta, evidenciando desafios estruturais e conjunturais no mercado nacional.

Transporte rodoviário teve investimento de R\$ 6,5 bilhões em 2024

O ano de 2024 foi marcado por grande investimento nas rodovias do país. De acordo com dados da Agência Gov, foram cerca de R\$ 6,5 bilhões de investidos na matriz de transportes brasileira, ou seja, um aumento de 26% em relação ao mesmo período de 2023. Também, o tráfego pedagiado nas rodovias concedidas cresceu 6% em relação ao ano anterior.

Contudo, 2024 também foi marcado por grandes desafios no setor, como por exemplo as enchentes do Rio Grande do Sul, que não apenas desalojaram famílias e provocaram extensos danos, mas também exerceram um peso significativo sobre o setor de transporte de cargas e logística. Ou então, as queimadas por todo o Brasil, que proporcionaram perigo à segurança dos motoristas e também rotas alteradas.

“As enchentes no sul do país e as queimadas em diversas regiões tiveram um impacto severo na logística rodoviária brasileira. No sul, as inundações destruí-

ram colheitas e comprometeram grandes transportadoras, que perderam cargas e enfrentaram bloqueios nas estradas. Já as queimadas agravaram o cenário, com interdições causadas pelo fogo e pela fumaça, obrigando motoristas a buscar rotas alternativas e aumentando os custos e atrasos nas operações rodoviárias”, afirma Kassio Seefeld, CEO da TruckPag, startup de meios de pagamento com soluções completas para frota pesada.

O modal rodoviário, responsável por mais de 60% do transporte de mercadorias no Brasil, enfrentou um outro desafio crítico em 2024: o roubo de cargas. Esse tipo de crime tornou-se um dos principais obstáculos para o setor, com o modal sendo o alvo preferencial dos criminosos.

Dados recentes da Secretaria de Segurança Pública indicam que o país registra, em média, 10 mil ocorrências desse tipo por ano, representando uma séria ameaça tanto à segurança pública quanto à economia nacional.

NX GOLD S.A.
CNPJ nº 18.501.410/0001-81 - NIRE 35300570804

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convocados os acionistas da **NX GOLD S.A.**, a se reunir em assembleia geral ordinária e extraordinária (“AGOE”) a realizar-se, em primeira convocação, no dia 30 de janeiro de 2025, às 9:00 horas, ou em segunda convocação no dia 05 de fevereiro de 2025, na sede social da Companhia, localizada na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-050, para deliberar a respeito do seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: 1) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração da Companhia, das Demonstrações Financeiras e do parecer dos auditores independentes da Companhia, todos referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; 2) Exame, discussão e aprovação da proposta da administração da Companhia para destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; 3) Referendar a distribuição dos dividendos dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; 4) Referendar o pagamento dos juros sobre capital próprio dos exercícios sociais encerrados no 2º trimestre de 2021, 3º trimestre de 2021, 4º trimestre de 2021, 1º trimestre de 2022, 2º trimestre de 2022, 3º trimestre de 2022, 4º trimestre de 2022, 1º trimestre de 2023, 2º trimestre de 2023, 3º trimestre de 2023, 4º trimestre de 2023, 1º trimestre de 2024, 2º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2024; 5) Eleger os membros do Conselho de Administração; e 6) Ratificar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para os exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024 e fixar remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Deliberar a respeito da proposta de alteração do mandato dos membros da Diretoria, passando a ser considerado o prazo de 2 (dois) anos; e 2) Deliberar a respeito da proposta de alteração do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de indicar que as formalidades relacionadas às assembleias da Companhia e que as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas na forma determinada pela legislação em vigor. Toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia em cumprimento ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76. O Boletim de Voto à Distância disponibilizado pela Companhia deverá ser preenchido e devolvido à Companhia conforme instruções nele presentes, na hipótese de o acionista optar por exercer seu direito de voto por meio desse instrumento, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 (“IN/DREI 81”). O modelo de Boletim de Voto à Distância encontra-se disponível no site da Companhia <http://rebrasil.com/documentacao>. O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância por esse meio deverá encaminhar uma via física do Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, para a sede da Companhia, localizada na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-050, aos cuidados da “Sra. Caroline Shohet” ou para o endereço de e-mail assembleia.mcsa@erobr.com”. A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma. Tanto no caso de vias físicas como digitais, o Boletim deverá estar acompanhado da documentação pertinente que evidencie os poderes do representante do acionista que o inscreve para participar e votar em nome do acionista na referida Assembleia, tal como instrumento de indicação ou eleição do representante legal do acionista acompanhado de documentação que comprove de seus poderes para participar de assembleia geral da Companhia no caso de pessoa jurídica, bem como instrumento de mandato daqueles acionistas que desejarem se fazer representar por procurador (acompanhado do respectivo instrumento de indicação ou eleição do representante legal do acionista signatário da procuração no caso de pessoa jurídica). Para que o Boletim seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da AGOE, (i) todos os campos deverão ser devidamente preenchidos; e (ii) ao final, o acionista ou seu representante deverá assinar o Boletim de Voto à Distância com certificado emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. O Boletim somente será considerado como recebido pela Companhia e, portanto, considerado para fins de cômputo de quórum na AGOE, caso a Companhia receba a via física ou a via digital com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência em relação à data de realização da AGOE, nos termos da IN/DREI 81, isto é, até 25 de janeiro de 2025 (inclusive). Os Boletins recebidos após tal data serão desconsiderados. A Companhia comunicará em até 2 (dois) dias do recebimento do Boletim de Voto à Distância: (i) o recebimento do Boletim de Voto à Distância, bem como que este e a documentação que o acompanha são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim de Voto à Distância, ou da documentação societária que evidencie os poderes do representante do acionista, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Registre-se que o Boletim de Voto à Distância não impede o acionista de se fazer presente na Assembleia em questão. No início da Assembleia, os acionistas presentes deverão confirmar se (i) simplesmente querem participar da Assembleia, tendo enviado o Boletim de Voto à Distância ou não, ou se (ii) participarão e votarão na Assembleia, sendo que ao optar por esta alternativa, as instruções de voto eventualmente recebidas pela Companhia através de boletim de voto à distância serão desconsideradas. Por fim, a Companhia assegura que eventuais manifestações por escrito pelos Acionistas presentes, encaminhadas à mesa da Assembleia por intermédio do e-mail assembleia.mcsa@erobr.com até o final da realização da Assembleia, serão anexadas à ata caso expressamente solicitado. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de contato com a Gerência Geral Jurídica, por e-mail para assembleia.mcsa@erobr.com. São Paulo, 21 de janeiro de 2025. Presidente do Conselho de Administração da NX GOLD S.A.

Assine o jornal Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Empresas captam R\$ 783,4 bilhões no mercado de capitais em 2024

Dezembro registrou maior montante mensal na série histórica da Anbima

As empresas captaram o valor recorde de R\$ 783,4 bilhões no mercado de capitais em 2024, com um crescimento de 66,7% na comparação com o ano anterior. Apenas em dezembro, as ofertas somaram R\$ 99,4 bilhões, o maior resultado mensal de toda a série histórica, iniciada em 2012, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

“Os números mostram que o mercado de capitais se consolidou como fonte de financiamento para a economia real, contribuindo para viabilizar projetos estratégicos e para o desenvolvimento do país como um todo”, afirma Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima. “Temos agora um mercado mais maduro e mais democrático, com diversificação de tipos de ativos e de emissores”, complementa.

Segundo ele, debêntures, notas comerciais e CRIs

(Certificados de Recebíveis Imobiliários) bateram recorde no ano, contribuindo para que a renda fixa alcançasse a marca inédita de R\$ 709,2 bilhões.

Debêntures

As debêntures atingiram R\$ 473,7 bilhões entre janeiro e dezembro, com os recursos sendo destinados principalmente para investimentos em infraestrutura (25,7%), gestão ordinária (24,5%) e pagamento de dívidas (23,4%). Considerando apenas os papéis com benefício fiscal pela Lei 12.431, o volume também é recorde: R\$ 135 bilhões.

O prazo médio das debêntures como um todo atingiu 7,8 anos, ante os 12,9 anos contabilizados entre os papéis incentivados.

No mercado secundário, o volume negociado de debêntures chegou a R\$ 707,6 bilhões, o maior patamar da série histórica, com um crescimento de 59,2% em relação a 2023. Os papéis com incentivo fiscal responderam por R\$ 278,6 bi-

lhões desse montante, mais do que dobrando (115,8%) o valor registrado no ano anterior.

Securitização

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) se destacaram com o segundo maior volume anual entre os instrumentos (R\$ 81,4 bilhões), o que representa um aumento de 86,1% ante 2023. Em quantidade de operações (918), a alta foi de 56,4%. “Esses números mostram o maior acesso das empresas de menor porte ao mercado de capitais por meio dos recebíveis. O volume médio de R\$ 88,7 milhões por ativo indica que as operações são bastante pulverizadas”, destaca Maranhão.

Ainda entre os instrumentos de securitização, as companhias captaram R\$ 58,9 bilhões com CRIs, com alta de 23,4% na comparação com o ano anterior, e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) somaram R\$ 41,3 bilhões, com variação negativa de 4,7%.

Já as notas comerciais registraram R\$ 43,6 bilhões em ofertas encerradas em 2024, superando em 56,1% o valor de 2023. Os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) movimentaram um valor semelhante nesse período, R\$ 44,3 bilhões, com um incremento de 46,1%.

Na renda variável, as operações de follow-on totalizaram R\$ 25 bilhões em 2024, com uma redução de 20,4% na comparação com o ano anterior.

Mercado externo

A Anbima informou que no mercado externo, as ofertas de renda fixa chegaram a US\$ 20,1 bilhões, com alta de 30,2% em relação a 2023. A maior parte desse volume (68,1%) se refere a emissões com prazos entre 6 e 10 anos, seguido pela fatia referente ao intervalo superior a 15 anos (18,6%). Entre os tipos de emissores, as empresas lideraram, respondendo por 59,9% do total, com a República ficando com 31,4% e as instituições financeiras com 8,7%.

China revela medidas para expandir a abertura financeira

A China revelou nesta quarta-feira uma diretriz, delineando 20 medidas para expandir a abertura financeira nas zonas piloto de livre comércio do país e em um porto de livre comércio. Essas medidas, com foco em seis áreas, visam alinhar melhor o setor financeiro da China com os padrões internacionais e promover a abertura institucional do setor, segundo a diretriz emitida em conjunto pelo Banco Popular da China, o Ministério do Comércio e três outros órgãos governamentais.

De acordo com o documento, as instituições financeiras estrangeiras receberão o mesmo tratamento que suas contrapartes chinesas ao fornecer novos serviços financeiros não disponíveis no país naquele estágio. Os pedidos válidos apresentados por instituições financeiras e provedores de serviços financeiros transfronteiriços relativos a serviços financeiros serão processados dentro de 120 dias, de acordo com o documento.

O país também apoiará

a compra de certos tipos de serviços financeiros transfronteiriços, facilitará as transferências de fundos de entrada e saída relacionadas ao investimento estrangeiro, melhorará os arranjos para o fluxo transfronteiriço de dados financeiros e fortalecerá a regulamentação deste setor, determina a diretriz.

Essas medidas serão implementadas em zonas de livre comércio piloto em Shanghai, Guangdong, Tianjin, Fujian e Pequim, bem como no Porto de Livre Comércio de Hainan e outras plataformas cooperativas importantes.

Na Conferência Central de Trabalho Econômico realizada no mês passado, os formuladores de políticas da China enfatizaram a necessidade de expandir a abertura de alto padrão e manter o comércio exterior e o investimento estrangeiro estáveis.

A China aumentará constantemente a abertura institucional e melhorará a qualidade e a eficiência das zonas de livre comércio piloto, de acordo com a conferência.

Cade totalizou mais de R\$ 1,4 bilhão com Programa Desenrola

O Programa Desenrola Autarquias – criado para promover a regularização de dívidas com autarquias e fundações públicas federais – já contabilizou uma projeção de arrecadação de R\$ 2,88 bilhões. Com o primeiro balanço parcial divulgado pela Advocacia Geral da União (AGU), o programa apresenta um impacto significativo, especialmente para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Entre as transações mais expressivas realizadas até o momento, destaca-se o acordo com a Votorantim Cimentos, que resultou em um recolhimento de R\$ 1,09 bilhão, representando a maior transação do programa até agora.

Até o momento, o Cade foi responsável por cerca de 60% do valor ar-

recadado, com transações que somam mais de R\$ 1,4 bilhão. Esse montante foi gerado a partir de acordos de regularização de dívidas envolvendo empresas e pessoas físicas que haviam sido condenadas em processos administrativos relacionados à defesa da concorrência.

Segundo o Cade, o programa tem se mostrado eficiente na recuperação de recursos para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), com transações que envolvem empresas e pessoas físicas. Até o dia 30 de dezembro, 56 empresas e pessoas físicas protocolaram pedidos de adesão ao programa junto ao Cade. Parte dessas transações já resultaram no recolhimento de R\$ 1,48 bilhão ao fundo. A expectativa é que os números do programa possam so-

frer ajustes à medida que novos pedidos ainda estão sendo processados pela Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Outras transações de peso

Outros nomes da economia brasileira também figuram na lista das maiores transações, como Gerdau e Arcelormittal Brasil, com valores de R\$ 256,1 milhões e R\$ 104,5 milhões, respectivamente.

O Desenrola Autarquias é um programa da AGU, que concede descontos a pessoas físicas e jurídicas que têm dívida com autarquias e fundações públicas federais. Segundo a AGU, os resultados obtidos até o momento superam as expectativas iniciais e refletem a adesão de empresas que buscam regularizar suas pendências, aproveitando as condições

facilitadas oferecidas pelo programa.

O Cade continua processando os pedidos remanescentes, que foram protocolados nos últimos dias de 2024, o que pode resultar em um aumento na arrecadação total do programa. A expectativa é que os números finais aumentem ainda mais.

Para a autarquia, o Programa Desenrola se configura como uma importante ferramenta de regularização fiscal e um meio eficaz para a recuperação de valores devidos ao governo federal.

As autarquias e fundações públicas, como o Cade, desempenham um papel crucial nesse processo, permitindo que empresas quitem suas pendências e, ao mesmo tempo, garantam o cumprimento da legislação de defesa da concorrência.

CEG RIO S.A.
CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53 - NIRE: 3330016451-1
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Srs. Acionistas da CEG RIO S.A. a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a se realizar no próximo dia 28 de janeiro de 2025 às 10h (dez horas), em primeira convocação, de forma virtual, a fim de deliberar sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Eleição de membro do Conselho de Administração e do presidente do órgão. Informamos aos Srs. acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, os documentos constantes da Ordem do Dia, conforme previsão legal. Os representantes dos acionistas deverão comparecer à AGE munidos de instrumento de procuração. Rio de Janeiro (RJ), 20 de janeiro de 2025.

Música no Museu

Concertos de Verão

Janeiro
Fevereiro
Março
2025

Realização: CARPEN

Apoio Cultural: SESC, CENTRO CULTURAL, GOVERNO FEDERAL, Monitor Mercantil